**Desempenho da China é crucial para futuro do Brasil, diz analista**

*Sergio Lamucci,*

*Palley acredita que países desenvolvidos podem viver era de estagnação*

O economista Thomas Palley, do instituto New America Foundation, vê o risco de nova depressão econômica, caso os países avançados retirem os estímulos fiscais e adotem medidas de austeridade. Para ele, a ameaça, que tem sido apontada pelo Nobel Paul Krugman, de fato existe. Palley acredita, porém, que a mera manutenção do expansionismo fiscal não deve ser suficiente para evitar uma prolongada estagnação no mundo desenvolvido -é preciso também atacar desequilíbrios estruturais das economias. No caso dos EUA, ele cita a distribuição de renda, o divórcio entre a evolução dos salários do crescimento da produtividade e os déficits comerciais.

Palley é bem mais otimista em relação ao Brasil. Diz que uma eventual estagnação dos desenvolvidos atingiria em alguma medida o país, mas observa que o futuro da economia brasileira, grande exportadora de commodities, está muito ligado ao futuro da China. O Brasil, afirma, conta ainda com trunfos importantes, como o mercado interno dinâmico, o petróleo do pré-sal e grande espaço para elevar o investimento público.

O economista veio ao Brasil para participar do 3º Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), realizado nesta semana em São Paulo, na FGV. Sediado em Washington, a New America Foundation é um instituto independente de políticas públicas. Palley diz que seria um grande equívoco apertar a política fiscal agora nos países desenvolvidos, como sugerem analistas ortodoxos. Dada a fragilidade da recuperação da economia, medidas de austeridade fiscal seriam um erro.

Palley insiste, contudo, que não basta manter os estímulos fiscais. Para que haja uma recuperação consistente, é fundamental enfrentar os desequilíbrios estruturais que contribuíram de modo decisivo para a crise. Ele aponta a "exaustão do paradigma de crescimento da economia americana" em vigor desde os anos 80. Segundo Palley, o modelo se baseia na expansão do endividamento e na necessidade de aumentos expressivos de preços de ativos, marcado por déficits comerciais elevados e perda de empregos industriais.

"Precisamos restaurar o elo entre o crescimento dos salários e o crescimento da produtividade", diz ele, que também destaca a necessidade de redução do déficit comercial americano, assim como uma política que impeça uma nova sobrevalorização do dólar. São medidas importantes para evitar a perda de investimentos e empregos industriais para o exterior.

Na Europa, Palley vê com maus olhos a estratégia da Alemanha, que segue um modelo exportador mais adequado a um "pequeno país emergente". Para manter a competitividade, há uma política de repressão salarial, que leva a pressões deflacionárias para os outros países europeus.

Se essas questões não forem enfrentadas, Palley acredita que haverá uma "longa e dolorosa estagnação" nos próximos anos. Como a japonesa nos anos 90? "Vai ser pior. O desemprego no Japão nunca ficou muito acima de 5%. Nos EUA, a taxa já está em 10% e, se você considerar os que não estão na força de trabalho, por desalento ou que não trabalham tanto quanto gostariam, a taxa está próxima de 17%."

Quanto ao Brasil, um ponto fundamental é saber o que vai ocorrer com a China, diz Palley. Grande exportador de commodities, o Brasil tem se beneficiado dos preços elevados desses produtos, muito demandados pelo país asiático. Ele considera possível que a economia asiática continue a crescer a taxas robustas, mas vê dois riscos importantes nos próximos anos.

O primeiro risco é que desequilíbrios internos afetem a economia. Ele cita a especulação imobiliária e no mercado de ações, o excesso de capacidade provocado pelos investimentos elevados e eventuais problemas nos bancos, devido a empréstimos de qualidade duvidosa para estatais. O outro risco é de que a desaceleração nos EUA prejudique o crescimento da China, que tem na economia americana um grande mercado.

Além da influência da China, Palley destaca fatores importantes que podem ajudar o Brasil a se sair bem nos próximos anos. Um deles é a força do mercado interno, que pode manter o dinamismo da economia em alta, mesmo com um cenário externo mais adverso. Outra vantagem são as oportunidades oferecidas pelo petróleo do pré-sal, cuja exploração vai demandar investimentos e, com isso, impulsionar uma parcela importante da economia. A terceira, por fim, é um espaço expressivo para o avanço investimento público. Palley não vê com preocupação a política fiscal brasileira - um déficit fiscal na casa de 3,5% do PIB não é um problema significativo, num cenário de economia global fraca.

Como os keynesianos brasileiros, Palley vê com preocupação o nível dos juros brasileiros, que, segundo ele, abocanham parcela relevante do orçamento e contribuem para a valorização do câmbio. O real forte, aliás, é um fator que pode prejudicar o Brasil, afirma. O país conseguiu manter um parque produtivo integrado nos últimos 20 anos, o que pode ser ameaçado se o dólar barato continuar por muito tempo. E aí a China se torna uma ameaça.

**Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 13 ago. 2010, Primeiro Caderno, p. A4.**